

O falso problema

Ao comparecer ao plenário do Senado Federal para falar sobre a dívida externa, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, acabou falando de todos os problemas econômicos, em particular aqueles ligados à retomada do crescimento. Seu objetivo foi demonstrar aos parlamentares que, enquanto não concluir uma negociação consistente da dívida externa, o Brasil continuará isolado da comunidade financeira internacional e, portanto, não receberá do Exterior os recursos de que necessita para voltar a crescer. Esses recursos, disse o ministro, "são absolutamente necessários para lastrear o crescimento auto-sustentado".

A dívida em si, é bom que se ressalve, não é um problema — e é assim que o ministro pensa. O problema surge quando, depois de concluir um acordo com os credores, o devedor deixa de cumprir com as obrigações assumidas. O Brasil está nessa situação. Concluiu uma negociação em 1988 e, menos de um ano depois, deixou de pagar os juros devidos. O fluxo de capitais para o País cessou. Sem poupança interna suficiente, o Brasil parou de crescer.

Em abril último, depois de seis meses de arrastadas negociações com os credores em Nova York, o governo finalmente chegou a um acordo preliminar para o pagamento dos juros vencidos. Apenas uma parte (25%) desses juros será paga ao longo deste ano; o restante será amortizado num período de dez anos. Esse acordo foi negociado com um comitê dos bancos credores e agora precisa da adesão explícita dos bancos que detenham pelo menos 95% dos créditos junto ao Brasil. Internamente, por exigência constitucional, o acordo precisa ter a aprovação do Senado para entrar em vigor. Foi para obter uma rápida decisão dos senadores nesse sentido que o ministro da Economia esteve na Câmara Alta na terça-feira. Não teve êxito.

Alguns senadores, como o petista Eduardo Suplicy, ainda pensam como o caudilho gaúcho Leonel Brizola, que considera a dívida externa uma grave ameaça ao País. Como Brizola, esses senado-

res acreditam que as chamadas "perdas internacionais" são as únicas responsáveis pela crise em que o Brasil está mergulhado. Essas peças raras da arqueologia ideológica tratam, por isso, de impedir qualquer acordo, pois um acerto externo implica fazer algum tipo de pagamento aos credores. Ao impedir a formalização do acerto externo — como estão fazendo no momento —, esses senadores conseguem, artificialmente, transformar a dívida num problema.

Problema, de fato, a dívida externa foi para um país como o Chile, onde ela chegou a representar 125% do Produto Interno Bruto (PIB). Transferida para o Brasil, isso significaria algo em torno de 440 bilhões de dólares! No Brasil, ela mal chegou a 30% do PIB e o total que se discute no momento — a dívida com os credores particulares — equivale a apenas 15%.

A ditadura militar chilena deixou feridas que ainda levarão tempo para cicatrizar, mas é preciso reconhecer que, no plano econômico, foi muito mais inteligente que a nossa, e deixou o país pronto para sua entrada na economia mundial. Na avaliação de um dos mais importantes bancos de investimentos dos Estados Unidos, o Salomon Brothers, o Chile tem hoje a economia estruturalmente mais sadia da América Latina e é, por isso, visto como o país mais interessante da região para os investidores estrangeiros. Por causa do equilíbrio de sua economia, o Chile praticamente esqueceu a dívida externa: os papéis correspondentes, negociados no mercado secundário das principais praças financeiras do mundo, estão valorizados e é tão difícil comprá-los que um especialista diz que "praticamente não há mais dívida externa chilena".

Se um país com um problema proporcionalmente muito maior do que o brasileiro e com potencialidades muito menores chegou a essa situação privilegiada, o Brasil também pode chegar — desde que políticos egressos da idade da pedra da ideologia não o impeçam.